

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

**16.02.2016**

**AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME****COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES****16.02.16**

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Boa tarde a todos. Espero que todos tenham tido um excelente carnaval. Peço que retomemos aqui. Acabou de ter a Comissão de Saúde presidida pelo meu amigo Celso Giglio.

Todos os deputados membros já tomaram assento para que possamos dar início a nossa reunião. Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Transportes e Comunicações da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura.

Gostaria de registrar a presença dos Srs. Deputados: Roberto Engler, que está à minha esquerda; José Zico Prado à minha direita; Luiz Fernando à minha direita; Rogério Nogueira à nossa esquerda; Chico Sardelli; Marcos Neves; Itamar Borges; Roberto Moraes e Ricardo Madalena. E o também, sempre presente, presidente da Comissão de Segurança, deputado Delegado Olim, seja bem-vindo a nossa Comissão de Transportes. Sinta-se à vontade.

Solicito ao secretário a leitura da ata da reunião anterior.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra, o deputado José Zico Prado.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Peço a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - O pedido de V. Exa. é regimental, desde que todos os deputados presentes concordem com o pedido de Vossa Excelência. (Pausa.) Está dada como lida a leitura da ata da reunião anterior.

Antes de dar entrada a pauta do dia, gostaria de transferir a V. Exas. um convite que recebi do presidente da Dersa, o seu Laurence Casagrande, onde, na data de amanhã, será feita uma visita técnica ao Rodoanel Norte, ao mesmo tempo que será feito o rompimento da última parede do túnel 202. A visita técnica contará com a

presença do governador Geraldo Alckmin e também do deputado e secretário de Transportes, Duarte Nogueira. Anexo ao convite que está sendo entregue, tem o mapa para aqueles que queriam chegar ao ponto da visita técnica. A mesma ocorrerá amanhã, às 10 horas da manhã, na estrada de Santo Inês, número 4.740, no Jardim Peri. Transfiro o convite a pedido do presidente da Dersa a todos os deputados membros da Comissão de Transportes.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra, o deputado Ricardo Madalena.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Acho uma deselegância nos convidar de última hora. Amanhã nós temos CPIs, ações na Casa e menos de 24 horas vir um convite de tão grande importância que é essa obra para o estado de São Paulo e para o governo federal.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Vossa Excelência, eu recebi esse convite por telefone ontem, às 19 horas. Pedi que fosse enviado o mapa por e-mail, nos foi enviado hoje. Contando que o evento conta com a presença do governador, é sempre a agenda apenas do dia anterior. É óbvio que se pudesse ser feito com mais antecedência, acho que seria louvável. De toda forma está transferido o convite em nome do presidente da Dersa.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra, o deputado Luiz Fernando.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Deputado Madalena, eu acho que pelo fato do Duarte Nogueira. Ele estava preso na questão da merenda, por isso saiu de última hora esse convite. Acho que ele devia estar preso debatendo a questão da merenda.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra o deputado Ricardo Madalena.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Não vou entrar nesse mérito, mas eu acho que o presidente do Dersa deveria ter um retorno maior para com essa Comissão, já que é o Dersa que está executando a obra. Ele deveria ter comunicado isso na data de ontem ou da semana passada, haja visto que ontem estive com o ministro dos Transportes em Brasília e ele mesmo não foi convidado para esse rompimento do túnel, que é de suma importância para o Estado e tem um investimento de 33% do governo federal, na qual eu participei quando estava no Dnit.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Está feito o registro da manifestação de Vossa Excelência.

Tenho em mãos um requerimento apresentado a este presidente, neste momento, do deputado Roberto Engler, que fez um apelo para que o mesmo pudesse ser apreciado no dia de hoje. Requerimento nos termos regimentais a convocação do diretor geral da Agência Reguladora de Serviços Públicos, delegado de Transportes do estado de São Paulo, o Sr. Giovanni Pengue Filho, bem como de quaisquer outros diretores técnicos que fizeram e/ou julgaram necessário com a finalidade de prestar informações e esclarecimentos à Comissão de Transportes e Comunicações, sobre o lote C do programa das novas concessões rodoviárias, especialmente os investimentos a localização dos pedágios previstos para o referido lote.

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSDB** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra, o deputado Roberto Engler. O requerimento está lido e está em discussão.

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSDB** - Agradeço V. Exa, pois usou o termo correto. Esse deputado vem fazer aos nobres pares, aos nobres colegas da Assembleia, um apelo para que esse requerimento possa entrar nos dias de hoje. Eu tenho 25 anos de deputado, sete mandatos, e acho que é a primeira vez que apresento um requerimento nessas condições. Portanto, é claro que tem um porquê que estou fazendo esse apelo.

A minha região está em pânico, está pegando fogo. Está certo, deputado Sebastião. Minha região está pegando fogo. Como vocês podem imaginar, por exemplo, fazer um novo lote de concessões - que sou favorável - melhora as estradas, duplica as estradas, diminui acidentes, evita mortes, sou favorável, sempre fui, desde quando o Mário Covas implantou os termos de concessões. Eu sempre fui favorável. Metia-se o pau nos pedágios, eu aguentava isso - deputado José Zico Prado sabe disso - porque eu achava que as melhorias superavam isso, evitava-se mortes. A vida do ser humano é o que há de mais digno. Não mudei de posição. Continuo absolutamente favorável as concessões.

Agora se planeja uma nova concessão do lote C, que pega a minha região de Franca, mas faz uma coisa inusitada. Inusitada. Ela pega, por exemplo, as estradas que compõe a região de Franca e criam duas praças de pedágio - além das existentes, que vão continuar existindo - com investimento igual a zero. Pedágio sem investimento? Pelo amor de Deus, isso não existe. Isso não existe. Isso é fazer focos de arrecadação de dinheiro para as empreiteiras e para o governo, sei lá para quem, mas para tirar do povo. A responsabilidade nossa, minha, é a defesa do povo, dos interesses da população, que está absolutamente indignada. Já fecharam a Cândido Portinari, já fecharam a Ronan Rocha, vão fechar outra vez, vão fazer enterro de governador, vão fazer várias coisas. A cidade está em pânico. Imprensa, OAB, associações comerciais, todos.

A Artesp já fez as cinco audiências públicas previstas. Audiência pública é gozada porque não podia usar a palavra. Eu quase tive que brigar para usar a palavra como deputado. Não podia falar nada, tinha que ouvir profissionalmente o que era exposto, não podia dar palpite. Eu estava indignado, eu precisa falar, “o que é isso que estão fazendo na minha região?”. Disseram que não estava resolvido, depois uma nota da Artesp, “pronto acabaram as audiências públicas e está resolvido, já vai para licitação”. Como? Isso tem que ser repensado. Como se coloca um pedágio com injustiça? Isso é cometer injustiça contra a população. Eu preciso que esse requerimento tenha essa celeridade, porque daqui a pouco está fechado a coisa, agora já fechou, o caixão desceu na cova, não tem mais solução. Mas como não tem mais solução? Eu se quer falei com o governador. Não falei com o governador ainda, preciso falar com ele. “Governador, é com o seu assentimento? Se comete essa injustiça contra a população?”.

Como isso está acontecendo e está explodindo, estou pedindo encarecidamente aos meus deputados, meus colegas deputados, os meus 25 anos de casa, que permitam. Eu sei que é uma exceção, sei que a regra não é essa, mas em função dessa conjuntura,

que V. Exas me ajudem a aprovar esse requerimento e que eu possa trazer o pessoal da Artesp, para esclarecer exatamente essas dúvidas que nós não conseguimos esclarecer na audiência pública que participei de Araraquara. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Antes, gostaria de fazer o registro, até para usar da coerência que sempre permeou o meu trabalho na Comissão, todo o requerimento tem que ser dado a publicidade anteriormente. Porém, se tiver anuência de todos os membros ele pode. Estou fazendo o registro. Não entendi.

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSDB** - Da maioria?

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Não, se tiver unanimidade, não é maioria. O regimento é claro, qualquer item a ser apreciado, tem que ser dado a publicidade anteriormente, por isso publicamos um dia antes e V. Exas. recebem a pauta do que será feito. Porém, se todos concordarem, não existe objeção para que o requerimento seja aprovado no dia de hoje. Eu não posso ser incoerente porque é um deputado do meu partido que apresenta, porque usarei o mesmo critério no dia que for um partido de oposição. Disse isso ao Roberto Engler e reafirmo aqui, se for unanimidade, ninguém questionar a não publicidade anterior, nós aprovaremos, até porque considero profundamente legítima a manifestação do deputado Roberto Engler. Continua em discussão.

**O SR. MARCOS NEVES - PV** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Deputado Marcos Neves.

**O SR. MARCOS NEVES - PV** - Na verdade, não tem uma convocação, um convite a Artesp para vir a esta Casa na próxima semana? Tinha alguma coisa disso?

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Não, está hoje aqui, mas é para tratar da concessão intermunicipal da Artesp de transporte rodoviário de passageiros. O Sr. Nelson já se encontra aqui para dar os devidos esclarecimentos.

**O SR. MARCOS NEVES - PV** - Não é o mesmo diretor nessa área.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Não é o mesmo diretor na área rodoviária.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra, o deputado José Zico Prado.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Cumprimento o deputado Roberto Engler. Nós estamos aqui na Casa na mesma época. Estávamos nós dois com o cabelo branco. Cumprimento Vossa Excelência.

Nós debatemos muito sobre essa questão do pedagiamento aqui no estado de São Paulo, isso hoje está praticamente superado. A discussão é o preço e V. Exa tem toda a razão. Eu acho que V. Exa, como deputado da região, tem que dar uma explicação para o povo. Portanto, está aqui da minha bancada, eu e o deputado Luiz Fernando, estamos de pleno acordo. Quero registrar isso em nome da nossa bancada aqui, V. Exa. tem razão. Não é porque V. Exa. está insinuando, que V. Exa. deixou claro, o senhor não é contra o pedagiamento das rodovias, assim como nós não somos.

Na nossa época, a briga era pela quantidade de pedágio e pelos investimentos, V. Exa. lembrou muito bem. Portanto, da nossa parte -e estou falando aqui, com certeza, em nome do deputado Luiz Fernando, do meu companheiro de Comissão - V. Exa. tem toda a razão de estar com esse sentimento. Acho que V. Exa. também tem que passar esse sentimento para o governador.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra, o deputado Chico Sardelli.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - No que tange a importância do mérito, não tem o que se discutir. Faço as palavras do deputado José Zico Prado as minhas. De qualquer forma, acho muito imprudente quebrarmos uma regra. A partir do momento que se quebra uma regra onde, dito claramente, tem que se apresentar e dar publicidade

a esse requerimento, na minha modesta opinião, nós não podemos furar essa regra interna dessa Comissão. Senão a qualquer momento também posso, como qualquer deputado pode aparecer aqui e querer fazer um requerimento verbal e tê-lo aprovado. De qualquer forma, não julgo de nenhuma forma o conhecimento com que o deputado Roberto Engler bem coloca nessa Comissão. Mas acho imprudente que possamos votar sem dar publicidade e obedecermos aquilo que está determinado pelo regimento.

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSDB** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra, o deputado Roberto Engler.

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSDB** - Só para lembrar, meu amigo deputado, que V. Exa. colocou uma nova regra. Eu concordo que esteja sendo quebrada uma regra, e V. Exa. aduziu, então qualquer outro deputado que quiser apresentar um requerimento a qualquer audiência, que coloque em votação nesse plenário. Foi colocada uma nova regra. Quando está sendo colocada a questão a nosso julgamento, é um mérito só. É só um mérito. Não é a regra antiga, porque o presidente já estabeleceu a nova regra: qualquer deputado pode entrar com um novo requerimento.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Deputado Roberto Engler.

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSDB** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Eu não estabeleci nova regra, eu li o que o regimento diz. Se o deputado Chico Sardelli, que é o que ele fez, usar o termo por uma questão de ordem, nós não poderemos apresentar porque não foi dado publicidade. Eu não criei nova regra. Eu disse que se tiver unanimidade do plenário para aprovação, ninguém questionando, nenhum problema na aprovação do requerimento. Agora, eu não posso, aqui como presidente, criar regras novas.

Quanto ao mérito, já registro antecipadamente que votarei favorável junto com Vossa Excelência. Eu não posso usar de nenhum autoritarismo aqui por ser presidente, mas eu tenho que seguir o regimento.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Sr. Presidente, eu só queria registrar isso que V. Exa. está dizendo. Eu acho que qualquer um de nós pode chegar um dia angustiado, nas mesmas condições do deputado Roberto Engler - com problema que é eminente - e conversar individualmente com qualquer deputado e pedir. A regra não é para ser quebrada, mas é para ser discutida. É isso que estamos fazendo, discutindo um problema real e que estamos convivendo neste momento.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Só estou usando da coerência, porque já fui membro e não fui presidente. Enquanto membro, V. Exa. se lembra, está nos anais da Casa, eu não permiti. Eu não posso usar pesos diferentes por estar na presidência hoje, até porque sou conhecedor do regimento.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - E foi em um projeto meu.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Não me lembro. Não foi por perseguição, foi por coerência, pode ter certeza disso. Consulto o deputado Chico Sardelli se a formulação dele é uma questão de ordem.

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - Sim, é uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Sendo uma questão de ordem, o requerimento vigorará na próxima pauta, razão pela qual ele não será apreciado na ordem do dia de hoje.

Item número um. Mais uma vez antecipo o meu voto ao deputado Roberto Engler, que votarei favorável ao requerimento de sua autoria.

**O SR.** - Só para esclarecimento, da mesma forma, na semana que vem votarei favorável, cumprindo a regra e tudo aquilo que determina o regimento interno. Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Item número um. Projeto de lei nº 022, de 2004, de autoria do deputado Ênio Tatto. Concede gratuidade de passagem em ônibus intermunicipais nas rodovias estaduais paulistas, no dia de

pleito eleitoral para cargos públicos. O relator foi o deputado Ricardo Madalena, favorável ao projeto com a emenda apresentada e contrário à emenda número um.

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSDB** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra, o deputado Roberto Engler.

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSDB** - Peço vistas.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Está concedido o pedido de vistas.

**O SR. ROBERTO MORAIS - PPS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra, o deputado Roberto Morais.

**O SR. ROBERTO MORAIS - PPS** - Vistas do item onze.

**O SR.** - Pela ordem, Sr. Presidente. Peço vistas em conjunto com o deputado Roberto Engler do item um.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Regimental o pedido de Vossa Excelência.

**O SR. ROGERIO NOGUEIRA - DEM** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra, o deputado Rogério Nogueira.

**O SR. ROGERIO NOGUEIRA - DEM** - Peço vistas dos itens oito e nove.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - É regimental o pedido de V. Exa, deputado Rogério Nogueira. Com a palavra, o deputado Marcos Neves.

**O SR. MARCOS NEVES - PV** - Peço vistas do item sete.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Mas algum deputado requer vistas de algum item?

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSDB** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra, o deputado Roberto Engler.

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSDB** - Peço vistas do item dez, por favor.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - É regimental o pedido de Vossa Excelência.

Item número dois. Projeto de lei nº 1.153, de 2015, de autoria do deputado Celso Nascimento. Dispõe sobre o acesso as informações provenientes da arrecadação e da destinação de receitas públicas no sítio do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, Detran. O relator foi o deputado Ricardo Madalena, favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado. Projeto encontra-se em discussão. Não havendo oradores inscritos, o projeto está em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item número três. Projeto de lei nº 377, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dado a denominação de reverendo José Manuel da Conceição à via de acesso SP 097-250, conhecida como a estrada velha de Sorocaba, em Piedade. O relator foi o deputado Ricardo Madalena que foi favorável. Projeto encontra-se em discussão. Não havendo oradores inscritos, o projeto está em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Projeto de lei nº 1.096, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Da denominação de Lavrador Quintiliano Lopes Pereira ao dispositivo de acesso e à

passagem superior, localizada no quilômetro 498, mais 655 da rodovia Euclides da Cunha, SP 320 na cidade de Cosmorama. O relator foi o deputado Ricardo Madalena.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra, o deputado Luiz Fernando.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Gostaria de entender por que o deputado Ricardo Madalena deu voto contrário.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Nós faremos isso na discussão. O parecer do deputado Ricardo Madalena está em discussão.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra, o relator do projeto, Ricardo Madalena.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Já existia a denominação, eis a questão.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Perfeito. Está em votação o parecer do relator. Como parecer é contrário, os deputados que forem favoráveis ao parecer contrário permaneçam como se encontram. (Pausa.) Está rejeitado o projeto.

Item número cinco. Moção nº 133, de 2015 de autoria do deputado Sebastião Santos. Apela para o senhor governador do estado de São Paulo para que empreenda esforços junto à Secretaria Estadual de Logística e Transportes para a instalação do sistema de pedágio ponto a ponto entre os municípios de Colinas e Barretos; tendo em vista que diariamente muitos moradores da localidade estão sendo prejudicados com a cobrança abusiva de pedágio na rodovia Brigadeiro Faria Lima. O relator foi o deputado Ricardo Madalena, que expediu o seu parecer contrário. Está em discussão. Não havendo oradores inscritos, está em votação o parecer contrário à moção. Os Srs. Deputados que forem favoráveis...

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente. Para votar favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - O senhor precisa requerer uma votação nominal.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Estou pedindo uma votação nominal, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Os Srs. Deputados que quiserem rejeitar a moção, tem que votar sim, porque o parecer é contrário. Como vota o deputado Roberto Engler?

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSDB** - Se quiser rejeitar a moção?

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Para rejeitar, V. Exa. vota com o relator.

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSDB** - Portanto, eu voto contra o relator.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Contra o relator, favorável à moção. Como vota o deputado Rogério Nogueira?

**O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM** - Favorável.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - À moção ou ao relator?

**O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM** - Ao relator.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Como vota o deputado Roberto Morais?

**O SR. ROBERTO MORAIS - PPS** - Favorável ao relator.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Como vota o deputado Marcos Neves?

**O SR. MARCOS NEVES - PV** - Favorável à moção.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Como vota o deputado Chico Sardelli?

**O SR. CHICO SARDELLI - PV** - Favorável ao relator.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Como vota o deputado Ricardo Madalena?

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Favorável.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com o relator. Como vota o deputado Luiz Fernando?

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Contrário ao relator. Favorável à moção do deputado Sebastião Santos.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Como vota o deputado Itamar Borges?

**O SR. ITAMAR BORGES - PMDB** - Favorável à moção.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Como vota o deputado José Zico Prado?

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Favorável à moção.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Eu voto favorável ao relator. Se não me falha a contagem, deu empate, é isso? Estão me orientando, que pelo regimento eu desempato. Voto com o relator. Estava empatado. Foi rejeitada a moção.

Item número seis. Moção nº 137, de 2015, juntada a Moção nº 150, de 2015, do deputado Marcos Damasio. Aplauda aos diretores do jornal Mogi News, Sônia Massae Amano de Moraes, Sidnei Antônio de Moraes e Wilson Bego, congratulando-se a todos os jornalistas e colaboradores daquela publicação que diariamente publicam a nossa história e escrevem, também, uma nova página na história do empreendedorismo e da comunicação da nossa cidade. O relator foi o deputado Marcos Neves, favorável à Moção nº 137, de 2015, e contrário à Moção nº 150, de 2015. Está em discussão. Não havendo oradores inscritos, está em votação a moção. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a Moção nº 137, de 2015, e rejeitada a Moção nº 157, de 2015.

Item número doze é apenas para conhecimento, Ofício nº 02, de 2016.

**O SR. MARCOS NEVES - PV** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra, o deputado Marcos Neves.

**O SR. MARCOS NEVES - PV** - Se o senhor pudesse encaminhar uma cópia desse ofício ao meu gabinete, se há uma possibilidade de encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Qual dos ofícios?

**O SR. MARCOS NEVES - PV** - O ofício número 12.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Será encaminhado, deputado Marcos Neves. Secretaria, por favor, submeta o ofício ao gabinete do deputado Marcos Neves.

Não havendo mais nada a ser tratado, nós temos o Sr. Nelson Raposo de Mello Júnior, diretor da diretoria de procedimento e logística da Artesp - que veio como convidado - que falará sobre a concessão das linhas intermunicipais do estado de São Paulo. Convido o Sr. Nelson para que tome assento ao meu lado direito.

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSDB** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra, o deputado Roberto Engler.

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSDB** - Há uma dúvida, aqui na anotação que chega à minha frente, sobre a moção que nós rejeitamos. Estão aqui assinalados os votos dos deputados, aqueles que foram favoráveis à moção e aqueles que foram favoráveis ao parecer contrário do relator. Está um pouco confusa a votação.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - A Secretaria que me informou que tinha um empate, que era favorável à moção e contrário.

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSDB** - Mas ela está tão confusa, que aparece o meu nome como favorável ao parecer, contrário à moção, não foi esse o meu voto.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Favorável à moção, o seu voto.

**O SR. ROBERTO ENGLER - PSDB** - E ele está indicada de maneira equivocada. Eu acho que não houve empate.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Vamos suspender nossos trabalhos por um minuto para fazermos essa avaliação. (Pausa.) Reaberto os nossos trabalhos. Esclarecidas as dúvidas do deputado Roberto Engler, convido novamente o Sr. Nelson para que tome assento ao meu lado, para que possa fazer apresentação sobre o requerimento formulado que tratará sobre as concessões de uma licitação em andamento, das linhas intermunicipais do estado de São Paulo.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra, o deputado Luiz Fernando.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Sr. Presidente, nobres pares, Sr. Nelson. Antes de começar, peço ao senhor, nós formulamos e essa Comissão aprovou um

requerimento à Artesp pedindo informações a respeito - eram 13 itens - da cobrança automática que é realizada nos nossos pedágios e essa Comissão tinha dúvidas se tinha tido licitação, se isso foi uma benesse que o governo resolveu fazer através da Artesp, à particulares, e pedimos uma série de informações. Isso foi protocolado na Comissão no dia três de dezembro de 2015, portanto quase três meses, quase 90 dias. Não sei se o pessoal da Artesp conhece a constituição estadual, vocês têm prazo para responder e não o fizeram. Vou pedir até que se tire cópia. Peço ao senhor, peço também ao Mauriti que é o representante, conhece o teor desse requerimento, e peço ao Sr. Presidente para que possa cobrar a Artesp, isso não foi um deputado que solicitou, foi a Comissão de Transportes desta Casa. Peço ao senhor, se pudesse levar esse nosso apelo. E peço ao Sr. Presidente que possa cobrar os membros da Artesp para que possam respeitar um pouco mais a Comissão e que respondam esse requerimento de informações.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Deputado Luiz Fernando, V. Exa. sabe que divergimos de muitos pontos ideológicos, inclusive sobre o seu posicionamento em relação ao secretário Duarte Nogueira sobre a merenda. até porque se ele se especializar nesse assunto, vou pedir para ele ajudar na Prefeitura de São Bernardo que está com uma licitação suspensa na contratação de merendeira pelo Tribunal de Contas. Vamos, V. Exa. está profundamente correto. Peço para a Secretaria oficial ainda hoje à Artesp, eles estão em débito com essa Comissão, não estão sendo transparentes, isso foi um requerimento aprovado na Comissão, eles têm uma obrigação constitucional de trazer e informar esse requerimento que foi aprovado. Vou insistir.

Está aqui o Mauriti que tem muito nos ajudado. Mauriti, vou oficial, mas faço um apelo na interlocução para que não tenhamos que encaminhar ao Ministério Público a omissão da Artesp por não responder a Comissão de Transportes. Caso isso não seja feito até a nossa próxima reunião da terça-feira, esta presidência encaminhará ao Ministério Público uma queixa por não estar cumprindo o regimento da Assembleia Legislativa. Agradeço a atenção e o cuidado do deputado Luiz Fernando.

Sr. Nelson, o senhor terá oportunidade, pode usar o PowerPoint para apresentação, fique à vontade, 15 ou 20 minutos que o senhor considerar necessário para falar sobre o tema pelo qual o senhor foi convidado.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Obrigado, Sr. Presidente. Em seu nome cumprimento os outros deputados da Casa. Agradeço a oportunidade de

poder apresentar aqui também o que é uma licitação inédita no estado de São Paulo, que é a licitação dos transportes rodoviários intermunicipais. Trouxe a apresentação que foi realizada em todas as audiências públicas, nas cinco regiões que estamos propondo nessa licitação, esperando assim poder apresentar, não só a licitação, mas esclarecer eventuais dúvidas que possam surgir dessa apresentação.

O processo encontra-se hoje em consulta, o edital está em consulta pública, que foi prorrogada até o dia quatro de março. Estamos recolhendo todas as solicitações, informações e sugestões de toda a sociedade civil, empresas, sindicatos e escritórios de advocacia. Assim que for concluído esse prazo da consulta pública, o edital será consolidado, submetido ao Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo e então é colocado em licitação.

Essa audiência ocorreu nas cinco regiões, como eu havia dito, no final do ano passado, do dia oito até o dia 16 de dezembro. Essencialmente, nós levamos todas as características que levaram a motivação dessa delegação, apresentamos a situação do sistema atual, o que hoje é tido como o nosso plano diretor e quais os benefícios que essa licitação pode vir a trazer.

Existem vários motivos que levaram a essa delegação dos serviços. A que mais hoje encontra-se em voga e chama a atenção da agência - e minha, portanto, na condução da diretoria - são questões jurídicas que levam a necessidade de regularização de todo o sistema de transporte intermunicipal. O sistema intermunicipal rodoviário é feito a partir de permissões, que já estão vencidas a partir do advento da constituição de 1988, que passaram a valer dali a dez anos, portanto vencidas desde 2009. Portanto, há uma necessidade jurídica de regularização nessa prestação de serviço.

Uma questão também necessária, gerencial, na distribuição dessas linhas e para melhor atendimento da população e adequação de todos os contratos de concessão. Questões operacionais nem se fala, recebemos hoje uma quantidade enorme da população, dos municípios, na figura dos seus prefeitos, secretários de planejamento, para o atendimento de determinadas regiões. E o sistema, na forma que se encontra atualmente com as permissões já vencidas, inviabiliza o adequado gerenciamento desses atendimentos. Por conta disso, o mercado também vem apresentando melhorias técnicas que pretendem ser incorporadas nessa nova licitação.

Características também tecnológicas, que são evidentes em todo o mercado, a partir de aplicativos, acesso à informação, e que o transporte intermunicipal, na maioria

das regiões, carece de um melhor atendimento. Portanto, há uma necessidade de adequação tecnológica de todo o sistema.

As questões econômico-financeiras também foram levadas em questão e hoje podemos dizer que um processo que está em andamento, levou em conta o equilíbrio econômico financeiro da prestação de serviço em todas as regiões. Todas as regiões, portanto, geram e apresentam viabilidade econômico-financeira para os seus operadores.

A condição social de atendimento, que se leva em conta nessa licitação, procura descentralizar a qualidade e a quantidade do atendimento, gerando uma proximidade maior aos municípios com suas características peculiares de adequação e atendimento à população.

Hoje o sistema é dividido em: sistema regular rodoviário e sistema regular suburbano, além do de fretamento. Nesse quadro, podemos observar que há uma quantidade de mais de 18 mil veículos cadastrados, registrados na Artesp, que prestam esse tipo de serviço. Dentro do serviço regular, entre o rodoviário e o suburbano, são mais de 4.400 veículos distribuídos em mais de 1.126 linhas, como o quadro apresenta.

O atendimento à população vem se demonstrando estável nos últimos anos. Esse gráfico apresenta isso como uma possibilidade de percepção dos futuros operadores na adequada manutenção de um atendimento a uma demanda que existe. Evidentemente, ela é impactada com outros modais de transporte, que não o rodoviário, mas eles devidamente podem ser ajustados à medida que forem aparecendo nessa futura licitação.

O sistema de atendimento operacional hoje tem um nível de qualidade e de atendimento de satisfação a população elevado. Essa pesquisa de 2001 já apresentava um índice de satisfação de 78%. A pesquisa mais recente, quando se iniciaram os trabalhos desse plano diretor, que hoje está em licitação, apresentava um índice ainda maior de satisfação, de mais de 80% de satisfação de todos os usuários. Ou seja, apesar das características atuais do transporte intermunicipal rodoviário, ele ainda é um transporte e um meio de prestação de serviço adequado e satisfatório a população. O que se espera nessa licitação é que essa característica de satisfação do usuário permaneça, se não, melhorar.

Alguns critérios levaram as definições dessas áreas de operação que já mencionei por aqui. Evidentemente, a oferta de transporte não poderia deixar de ser um critério, assim como o aspecto econômico-financeiro, o logístico na distribuição das operações das ligações e a economia de escala que é possível a partir desse atendimento em cada

uma das regiões. Há uma economicidade presente em cada uma das regiões a partir da melhor adequação da distribuição logística dos atendimentos locais e das ligações entre os municípios.

A estrutura desse modelo espacial apresentado levou em conta o agrupamento de municípios no formato de regiões e em torno de seus polos. Esses polos e essas distribuições regionais foram balizadas pelos informes do IBGE e pelo acompanhamento da agência, que através da sua diretoria de procedimentos de logística já vem fazendo o acompanhamento. Além das regiões e municípios apresentados como polo de atração, seja pela atratividade econômica ou por atratividade turística, formaram polos de interesse local e esses polos, portanto, de atração a todo o sistema. Nessa condição, os polos de cada uma das regiões devem receber no mínimo duas partidas de cada um dos seus municípios do seu entorno. Ou seja, todos os municípios do estado de São Paulo estão previstos nessa licitação com pelo menos, no mínimo, duas partidas por dia para o seu polo de atratividade. Espera-se com isso o adequado atendimento de todos os municípios para a locomoção dos seus moradores em todas as regiões do estado de São Paulo. Essas ligações entre os municípios podem se dar diretamente ao seu polo mais próximo de atratividade ou até mesmo para grandes capitais, dependendo da sua posição geográfica no estado, evidente.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Só para entender, duas partidas por dia?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Duas partidas por dia de todos os municípios. Pelo menos. No mínimo. Existem hoje municípios que possuem menos de uma partida por dia e existem municípios até que nem possuem. Essa licitação exige, ao menos, duas partidas por dia para os seus polos de atratividade.

Esse modelo apresentado nesse slide auxilia um pouco essa compreensão. Ali temos as metrópoles nacionais consideradas, a partir do IBGE no estado de São Paulo, a capital São Paulo, existem capitais regionais, metrópoles regionais também possuem atratividade e os municípios que circulam e satelitam, vamos dizer assim, esses centros de maior atratividade. Portanto, todos os municípios deverão ter no mínimo duas ligações por dia para cada um desses polos identificados dentro de cada uma das regiões.

Os polos identificados, como mencionei, estão apresentados por informações do IBGE e também considerados, além das informações do IBGE, como a metrópole

nacional São Paulo, as regionais Campinas e Santos, as outras 12 capitais regionais do estado e os centros sub-regionais. Incluímos também nesse plano oito polos de atratividade do transporte coletivo, que foram identificados pela prestação de serviço ao longo desses anos, pela diretoria de procedimento de logísticas e incluídos aí nesta apresentação da distribuição regional como também polos de atratividade: Atibaia, Batatais, Rio Claro, Nhandeara, Olímpia, Santa Fé do Sul, Apiaí e Itapeva.

**O SR.** - No slide anterior, qual o critério para definir esses 33 centros sub-regionais?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - São informações do IBGE. O IBGE, a partir dos levantamentos estatísticos, estabelece as características dos municípios nessa qualidade. Identificam os municípios a partir de sua dimensão regional, da sua quantidade populacional e da sua qualidade econômico-financeira. Esses polos de atratividade estão identificados dessa forma. O transporte não modifica muito, deputado, acabamos identificando as ligações intermunicipais com essas características também. Portanto, o IBGE foi um bom instrumento para auxiliar essa distribuição espacial de todo o estado. Apesar disso, ainda assim incluímos, pela experiência adquirida ao longo dos anos de regulação do transporte, os oito polos de atratividade que aí caracterizamos como atratividade o transporte coletivo.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Só pela oportunidade, o senhor tem isso por escrito? Quando estivermos andando pelo estado de São Paulo, seremos questionados. Por que ali não está, por exemplo, uma cidade como Fernandópolis?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Por escrito tem. Nessa apresentação mesmo nós temos. Fernandópolis está aí, é um centro sub-regional. Está ali sim, segunda linha, Fernandópolis. Nos 33 centros sub-regionais nós temos: Avaré, Jaboticabal; Adamantina; Jales; Assis; Jaú; Andradina; Jundiaí; Amparo; Lins; Barretos; Mogi-Mirim; Bebedouro; Penápolis; Botucatu; Pirassununga; Bragança Paulista; Rancheira; Catanduva; Registro; Caraguatatuba; São Carlos; Cruzeiro; São João da Boa Vista; Dracena; São José do Rio Pardo; Fernandópolis; Tatuí; Franca; Tupã; Guaratinguetá; Votuporanga e Itapetininga. Portanto eu afirmei, deputado, que as informações do IBGE não fogem muito a característica que nós, do dia-a-dia, conseguimos observar de cada um dos municípios do estado de São Paulo.

Essas estão polarizadas no mapa de São Paulo, todos conhecem. Como estão distribuídos esses centros sub-regionais nessas 56 áreas polarizadas. Essas áreas, portanto, são as que estão apresentadas hoje na licitação e que estão presentes no edital de licitação, distribuídos nessas cinco grandes áreas de atuação. Área número um, Campinas; dois, Santos; três, Ribeirão Preto; quatro, Bauru e cinco São José do Rio Preto. Considerando a Capital, a Grande São Paulo, como área cinza que é a área neutra nessa situação. Esse mapa é apenas para elucidar e assim gerar uma informação de quais são as áreas de regiões metropolitanas e aonde elas são encontradas nessa distribuição regional do transporte intermunicipal. Um exemplo da estrutura da área de operação Campinas. A apresentação apresenta um mapa com todos os municípios de todas as regiões. Possui os polos de atratividade, as áreas de operação. Os municípios de cor mais escura são os polos de atratividade e os demais os municípios satélite que geram comunicação a cada um dos municípios. Deixarei a apresentação aos deputados. Se for de interesse pode ser distribuída a todos os deputados na sequência.

O que se espera nessa licitação, nesse plano diretor que se apresenta? Alguns benefícios podem ser facilmente identificados, outros esperamos que ocorra e para isso estamos nos preparando para fazer um adequado acompanhamento e avaliação. A garantia de atendimento a todos os municípios do estado, com essa melhor mobilidade - como já mencionei - de atendimento de pelo menos duas ligações diárias dos municípios para cada um dos seus polos de atratividade. Todos os atuais atendimentos, conhecidos hoje a partir de linhas, permanecerão no futuro modelo. Evidentemente, a licitação vai promover facilidades que identificarão as melhores formas de atendimento para cada um dos operadores. Portanto, hoje se exige, na licitação, a manutenção de todos os atendimentos na forma em que se encontram, até para não causar grande choque aos munícipes que já estão habituados as suas ligações a partir de linhas. No entanto, no futuro isso pode ser, e será permanentemente revisto. Essa é uma frase que eu costumo repetir muitas vezes porque o sistema está habituado a funcionar de um jeito. Ele terá que se renovar para um novo atendimento no futuro, mas todos os atendimentos atuais, existentes, permanecerão no futuro modelo.

Há uma condição, na distribuição geográfica, como apresentada a partir de regiões, de uma percepção melhor das demandas de cada um dos municípios e de cada um dos usuários para suas locomoções entre os municípios vizinhos e aqueles de atratividade. Portanto, haverá uma melhor quantidade de opções de horários apresentado

por cada uma das operadoras, que identificarão assim, a partir da demanda, a possibilidade de aumentar a oferta do serviço.

Com essa característica, e com essa licitação, espera-se uma melhor e uma maior modernização de todo o sistema. O edital exige algumas características que hoje ainda não estão presentes em todo o sistema. Algumas empresas conseguiram avançar nos seus modelos tecnológicos, mas isso não é comum a todos os operadores e nem a todos os municípios do estado. Essa licitação pretende uniformizar essa qualidade tecnológica de atendimento a todos os municípios.

Com isso, essa estrutura de informatização tende a ser ampliada, melhorada e centralizada na sua informação, a partir de um centro de controle de operações que será criado no prédio sede da Artesp nos moldes e no modelo das concessões rodoviárias. Há um centro de operação, hoje, já em funcionamento no prédio sede da Artesp, que nós conseguimos ter um espelho de todas as câmeras, de todas as concessões do estado de São Paulo. Espera-se também, no futuro, com essa licitação, possuímos uma sala de controle onde possamos verificar *in loco* e em tempo real todas as ligações intermunicipais existentes.

Com esse conceito de área, há uma possibilidade também hoje de sanar algumas situações de linhas que são deficitárias. Com o ajustamento a partir de regiões, as linhas - consideradas hoje de maior rentabilidade, de economia melhor - poderão subsidiar aquelas chamadas sociais que geram déficit para os operadores. Com isso, todas as áreas garantem o adequado equilíbrio econômico-financeiro de sua operação.

Haverá também uma maior flexibilidade, agilidade, no processo de decisão da Artesp. Hoje ele é muito burocrático, lento, por conta da legislação existente. Com a futura licitação e com o futuro contrato de concessão, haverá possibilidade de a partir do contrato estabelecermos novas formas de decisão para as mudanças necessárias ao sistema. Toda a linha de indicação das operações dos futuros operadores, será controlada a partir de qualidade com indicadores, onde poderá ser mensurado e cobrado, a partir do contrato de concessão que no futuro existirá, para a adequada prestação de serviço dos operadores.

Os critérios, também, outra demanda muito presente hoje a partir dos operadores, são critérios mais claros no reajuste da revisão tarifária. Hoje a revisão tarifária ainda sofre pelas interferências macroeconômicas e com um contrato de concessão isso tende a se tornar mais estável, dando garantia maior aos operadores e melhor adequação de todo o sistema. Outro benefício que a licitação trará, é a redução da idade média dos

veículos. Hoje os veículos encontram-se em adequado estado de circulação, no entanto, em algumas regiões do Estado, há uma carência de ônibus mais novos na prestação de serviços. Isso no futuro modelo deve ser sanado.

O modelo da delegação dessa concessão é oneroso, portanto haverá uma necessidade de pagamento por outorga por cada um dos futuros concessionários optantes para essa licitação, de pagar um valor de outorga para poder participar e criar a operação. O prazo de concessão estabelecido, para gerar equilíbrio econômico-financeiro e adequada prestação de serviços é de 15 anos.

O contrato, a licitação, trazem uma novidade, advinda também da experiência dos contratos de concessão rodoviárias, que carecem dessas revisões ordinárias que são necessárias, principalmente em um modelo tão dinâmico como é o de prestação de serviço rodoviária. Essa revisão ocorrerá já em característica prevista no contrato nos anos dois, cinco, nove e 13. Evidentemente, em revisão extraordinária, caso exista de fato uma situação anormal de necessidade, também poderá ocorrer uma revisão do contrato. Portanto, um sistema que hoje funciona já a tantos anos, não poderia deixar de contemplar uma revisão periódica no modelo futuro que se distingue bastante do atual.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Sr. Nelson, só colaborando. O tempo do senhor está totalmente extrapolado. O senhor vê que, inclusive, a Comissão está esvaziando. Pediria que o senhor sintetizasse, por gentileza.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Sintetizado estará. A modalidade de concorrência será internacional com inversão de fases, com a apresentação primeiro da proposta, depois da metodologia; poderão participar empresas isoladas ou através de consórcio. A metodologia exigirá atestados de capacidade e os requisitos operacionais de todos os participantes.

A tarifa que foi levada em consideração é aquela atual, vigente desde julho de 2015. Os reajustes serão anuais com uma adequação de uma forma paramédica a ser estabelecida, que leva em conta os três maiores insumos do serviço: combustível, mão de obra e idade média dos veículos.

Como estamos hoje? A consulta pública está vigendo até quatro de março. De quatro de março, concluída a consulta pública, nós temos um prazo de compilação das contribuições para apresentação do edital, que deverá ser aprovado novamente pelo CDPED a publicação do edital está prevista para final de março. A sessão pública,

portanto, deve ser aberta dali a 45 dias, ainda em abril e o prazo de licitação, com o seu resultado, segue até final de setembro, com previsão de assinatura do contrato no início de outubro. É isso.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Sr. Nelson, agradeço muito. Está inscrito o deputado Rogério Nogueira para que possa formular suas perguntas. Tem a palavra o deputado Rogério Nogueira.

**O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM** - Cumprimento o nosso presidente, Orlando Morando, os membros. Hoje estamos aqui tirando dúvidas dessa licitação tão importante para a região. Eu que sou da região de Campinas, estava com algumas dúvidas. Campinas hoje acaba recebendo muitos passageiros do interior, que não tem ônibus para São Paulo, Indaiatuba participou muito disso. Há alguns anos, a Bonavita que sai de Indaiatuba, São Paulo, para Jundiaí, enfim, há vários ônibus e vários horários. Pergunto ao Sr. Nelson: quantas cidades poderão perder, nessas cinco regiões, algumas linhas para São Paulo ou para cidades maiores que são da sua região? Tem muitas cidades que poderão perder? Me parece que tem um estudo que mais de 80 cidades irão perder linhas e irão perder horários que já existem em outras empresas e ganhando essas empresas maiores, pode ser que possa ficar falho esse sistema nas grandes regiões.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Posso responder, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Lógico, fica à vontade, Sr. Nelson.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Deputado, nenhum município perde. Nenhuma ligação hoje existente deixará de existir em um modelo futuro. Essa é uma garantia que o edital prevê e uma garantia que a diretoria estabelece também nessa licitação, independente da qualidade de rendimento dessa linha ou não. Todos os municípios hoje atendidos com linhas que saem como origem e destino São Paulo, permanecem. Portanto, todas as ligações hoje existentes permanecerão no futuro modelo. Todas as ligações de municípios à Capital do Estado permanecem no futuro modelo. Não há nenhum município que perde com essa licitação.

O que pode ocorrer no futuro, a partir das revisões ordinárias do contrato, é uma adequação, um ajuste, ou em quantidade de saídas e partidas, ou em alteração de horários, mas isso é de médio e longo prazo. Hoje, posso garantir ao senhor que nenhum município perde nas suas ligações, nem com a Capital, nem com os municípios de polo e atratividade local. Todas as ligações presentes, todas as linhas hoje existentes permanecem no futuro modelo.

**O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM** - E qual o critério adotado para juntar duas regiões, no caso, Campinas com o Vale do Paraíba? Como foi isso?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - A distribuição levou em conta a quantidade de linhas e a rentabilidade de cada uma delas. Para que todas as regiões pudessem gerar e obter uma rentabilidade nas suas operações, a distribuição foi feita levando em conta o ambiente de ligação ou de gravitacional, vamos dizer assim, da atração dos polos de convergência, para a Capital e para Campinas, por exemplo, que é um grande polo de convergência e a distribuição dessas linhas e das regiões para estruturação desse modelo.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Está inscrito o deputado José Zico Prado.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Só queria entender, qual é a diferença entre a concessão e a delegação?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Delegação e concessão é a mesma coisa. Nós usamos hora uma palavra, hora outra, mas de qualquer maneira o Estado delega a prestação de serviços ou de forma de permissão ou através de concessão, então a delegação é a entrega do serviço público para um ente privado.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Essa palavra delegar é pouco usada aqui.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Ela é pouco usada. É que no sistema rodoviário, deputado, ela é usada há muito tempo. Nós preferimos mantê-la para não causar grande impacto de mudança.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Olha que já estou na Comissão de Transportes um bocado de anos.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Essa licitação é a primeira vez que acontece.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Isso eu queria cumprimentá-lo, há anos estamos brigando que aqui no Estado precisa de uma regulamentação do transporte no Estado. Se é tudo igual, faço outra pergunta: o senhor coloca uma concorrência com outorga onerosa, isso não irá prejudicar no preço da passagem?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Não.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - E eles vão tirar de onde esse dinheiro?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - A licitação pode ser ou de característica onerosa ou a partir da menor tarifa. Optou-se pela característica onerosa porque imaginamos, e concluímos, que pela menor tarifa, haveria uma disparidade muito grande entre os níveis tarifários no estado de São Paulo: municípios de maior rentabilidade teriam uma tarifa menor do que os municípios de menor rentabilidade com uma tarifa elevada. O que nós faríamos seria cobrar uma tarifa mais cara do município mais pobre e uma tarifa mais barata dos municípios economicamente mais beneficiados. A característica de licitação onerosa visa receber, e esse valor recebido das empresas ou das futuras concessões, dos futuros pretendentes a concessão do Estado, poderem pagar, remunerar, pela prestação desse serviço, que terá uma rentabilidade nos próximos 15 anos a partir desse contrato.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - E as empresas são obrigadas a fazer algum investimento?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Inicialmente da outorga prevê o pagamento da outorga como taxa de inclusão, para poder operar o sistema. Todo o investimento está detalhado no edital com a qualidade de ônibus, a quantidade de

ônibus a ser estabelecida e a vida média desses ônibus. O investimento que será necessário, que inicialmente se prevê, é na frota e nas características de implantação...

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - O senhor parece que falou que 15 anos, a frota.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - O prazo da concessão será de 15 anos.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Qual a idade média dos ônibus?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - No futuro contrato estamos prevendo cinco anos.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Cinco anos?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Cinco. A idade média da frota melhora, teremos ônibus mais novos circulando, menos ônibus antigos.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Isso já irá impactar diretamente nas passagens a partir de setembro?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - O preço das passagens não sofre nenhum tipo de impacto. As tarifas hoje vigentes são as que permanecerão na futura concessão. O que se espera, e o que imaginamos, por conta dos prazos da licitação, é que haja um reajuste findados 12 meses do último reajuste. Ou seja, espera-se um reajuste no próximo mês de julho que completam 12 meses do último reajuste. Os valores das tarifas estarão reajustados, mas eles levam em conta a tarifa atual. Não há impacto de aumento de tarifa por conta da licitação. Havendo ou não a licitação, a tarifa viria a ter um reajuste anual. Esse é o que permanece na futura concessão, ele não modifica, não impacta no valor da tarifa.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Das 644 cidades que fazem ligação com São Paulo, mantem todas elas?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Hoje não temos ligação direta para São Paulo de todos os municípios.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Mas tem regiões.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Sim, continuam. O morador de Fernandópolis...

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Lá só tem Itamarati.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Mas tem uma ligação direta para São Paulo e ela continua. Todas as ligações hoje existentes de todos os municípios que existem com linha direta para São Paulo permanecem.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - A própria Itamarati cobra mais barato para ir para Iturama do que ir para Fernandópolis, que é interestadual. Qual é a lógica?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - A lógica é que o transporte interestadual, regulado pela ANTT tem uma dimensão de percurso muito maior e o valor médio estabelecido pelo ANTT é inferior...

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - E vocês não previram isso aqui no Estado?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - A dimensão do estado é diferente das dimensões do País, embora também seja tão grande quanto.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Que Iturama é bem mais longe que Fernandópolis o senhor há de convir comigo que é.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Eu não sei exatamente onde fica.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - E por que é mais barato?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - A passagem do transporte interestadual, como falei, é regulado pela ANTT que tem outra medida.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Nós precisamos fazer alguma coisa que faça com que o estado não seja o mais oneroso para o cidadão.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Concordo. Vamos trabalhar para isso, deputado.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - É mais caro ir para Fernandópolis do que para Iturama. Iturama está a mais de 40 quilômetros de Fernandópolis. É interestadual, é verdade. Vocês não pensaram nada disso, para que a passagem aqui no estado de São Paulo não seja tão onerosa quanto. Aqui é mais caro. É pelo preço do pedágio? Mas também passa pelas mesmas praças de pedágio que vai para Fernandópolis.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Não discordo o senhor. A questão da diferença das tarifas interestaduais e das intermunicipais do estado de São Paulo está diretamente relacionada ao benefício que a linha intermunicipal estabelece é a distância das linhas interestaduais. As linhas interestaduais têm o mesmo veículo, o mesmo motorista para atender uma distância muito maior. O custo médio fixo dele é muito menor do que o custo médio fixo dos transportes do estado de São Paulo. O estado de São Paulo exige uma qualidade na sua frota, não que o governo federal também não exija, não que essa linha interestadual não exija, mas o custo fixo do transporte intermunicipal no estado de São Paulo acaba sendo mais oneroso para o operador. Não há possibilidade de diminuir a tarifa considerando um custo fixo tão oneroso.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Estou querendo entender isso porque é praxe, “você vai para Fernandópolis? Compre para Iturama e desce em Fernandópolis”.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Agradeço a pergunta do senhor, sabe por quê? Estou na agência como diretor desde maio, mas já estive como chefe de gabinete da antiga diretoria - me desculpe deputado fazer essa lembrança - acompanhei as discussões de reajuste tarifário e a primeira pergunta que o governador

faz quando se leva a proposta é: “por que a interestadual é mais barata?”. Toda vez existe um exercício para também se justificar e explicar isso.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Isso que o senhor me falou não me convenceu de jeito nenhum.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Não convence o governador também, toda a vez fazemos conta para mostrar isso, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Se não convence o governador, nem nós, quem está errando?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - É a conta.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Não tem conta que explique, matemática exata.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Fiquei curioso, nós achamos agora um poder maior que o governador no Estado, é isso, presidente? Queria registrar a presença do deputado Alencar Santana. Mas eu fiquei curioso agora. Estou aqui ouvindo. Normalmente convence o governador e nós não, ou convence nós e não o governador, mas vocês buscaram unanimidade.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - É difícil.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Não convence ninguém, nem nós, nem o governador.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Eu também, quando cheguei não estava convencido.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - E agora está? Me convença.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - A conta do transporte é complexa na sua composição. Estou tentando dizer, da forma mais simples, que o ônibus que circula, que sai, que anda 400 quilômetros fora do estado de São Paulo, ele percorre uma quantidade de municípios muito maior, embora isso também acabe tendo convergência com o estado de São Paulo que é muito grande. Mas a quantidade de ônibus fixos para manutenção das linhas, hoje atende São Paulo, é maior do que a interestadual. Essa linha interestadual que vai até o município que o senhor comentou, ela não sai na frequência que saem os outros.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Se quiser dou outros exemplos, Paraná, Rio de Janeiro.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Existe, inclusive, uma sobreposição de linha interestaduais, intermunicipais, no mesmo trajeto. Essa situação nós conseguimos acertar, junto com a ANTT, que as linhas interestaduais que coincidem com as linhas intermunicipais do estado de São Paulo, não tenham sessão dentro do estado de São Paulo, se não elas geram competição direta as linhas intermunicipais dentro do estado de São Paulo. Existe também essa compreensão do governo federal de que o custo fixo das linhas interestaduais, de fato, é menor do que os intermunicipais. Isso não acontece só em São Paulo, acontece em todos os estados.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Essa é uma discussão que não me convence. Nessa eu estou com o Alckmin e não abro. Não me convence. Acho que essa é uma forma que se tem aqui no estado de São Paulo de cobrar mais caro e isso induz o cidadão que mora muito mais longe, a comprar uma passagem que fica mais barata, isso não é correto, de forma nenhuma. Quem vai descer em Iturama, em Fernandópolis, poderia usar outros exemplos, que vão para o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, que passa em Prudente, que vai até Venceslau, é a mesma coisa. Eu acho que isso merece uma explicação melhor, essa que o senhor deu não me convenceu.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Está certo, deputado.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Acho que isso está errado. O estado de São Paulo não pode fazer isso com o cidadão do estado de São Paulo que vem direto para São Paulo. Eu nem sei quantas linhas vêm direto para São Paulo, eu não tenho uma

noção de todo o estado de São Paulo que faz ligação com a cidade de São Paulo, que é a Capital. O senhor tem ideia de quantas linhas?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Linhas de municípios que ligam direto à São Paulo? Vou pedir ajuda dos universitários, eu também não tenho de cabeça. Umas 500? De 644 municípios, 500 têm ligação direta com a Capital. Todos os outros possuem ligação com a Capital, mas tem que fazer ligação com algum outro município ou ir para um polo de atratividade local, ou ir para uma capital metropolitana, Campinas, por exemplo.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Qual o critério adotado para isso? Para uma cidade ter ligação direta?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - A forma das ligações hoje, são de permissões concedidas há muito tempo.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - E a próxima?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Essa, o que estamos exigindo, é manutenção das já existentes e uma ligação com a Capital, a partir do polo de atratividade. Todos os municípios permanecem com as ligações hoje existentes. Se, com a futura licitação, com a futura concessão, identificar uma demanda de um município que hoje não tem ligação direta com a Capital e essa ligação é feita a partir de um polo de atratividade, se ele identificar essa demanda para a Capital, ele poderá fazer essa mudança de uma maneira muito mais rápida. Hoje eu não consigo fazer isso.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Das cidades que tem mais de 200 mil habitantes, todas elas têm ligação direta com São Paulo?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Os municípios estão classificados com essa característica que apresentei do IBGE, que leva em conta a população e leva em conta as características econômicas da região. Não é só o tamanho de municípios que estabelece a ligação, mas a demanda, porque o município pode ser muito grande e as ligações serem para municípios próximo e não diretamente com a

Capital. Não é apenas a quantidade demográfica que estabelece a ligação direto com a Capital. Nesse modelo apresentado na licitação? Nós mantemos o atual, para todos os municípios do estado de São Paulo manterem sua condição de locomoção, mas nós incrementamos essa possibilidade, gerando uma possibilidade de ligação direta a partir da demanda identificada no futuro.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - E a concorrência como fica? Hoje tem muitas empresas que saem das mesmas cidades. Qual o critério que vocês usaram para isso?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Distribuído o estado como fizemos por região, as empresas podem apresentar propostas de maneira isolada ou em consórcio. Essas empresas que prestam serviço no mesmo município ou na mesma região, elas podem, se assim entenderem, participar da licitação e apresentar uma proposta para a região como um todo, de maneira isolada, ou se consorciarem com essa que já presta serviço junto com ela nos municípios.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Fiz questão de frisar Fernandópolis porque toda aquela região tem outros tantos municípios entornos que não tem hoje uma linha regular, tem esporadicamente, passa uma ou duas vezes por dia, porque a população não anda. As prefeituras que trazem os trabalhadores, ônibus de estudante, como vocês irão trabalhar isso? Acho que não vai ter empresa que tenha interesse em fazer essa disputa, porque não tem demanda, não vai ter demanda.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - A demanda que o senhor está comentando de estudantes, de lavradores, que são levados pelas próprias prefeituras, ela está identificada no sistema atual e ela foi, de alguma maneira, incorporada. Acredito até que ela acabou sendo gerada pela impossibilidade de criação de novas linhas que o atual sistema inviabiliza. Hoje não é possível, mesmo que identificado uma demanda recente, uma empresa que é criada, uma estação de lavoura que é preciso de maior prestação de serviços ali, então preciso de uma linha para levar os trabalhadores para ali. Eu não consigo, hoje, autorizar ou permitir uma criação de nova linha.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Acho que o estado não tem que prestar serviço para a empresa para levar o trabalhador lá, isso é problema dela, não do estado. Com isso, você não vai ter demanda, porque o município hoje também tem a linha dos estudantes, tem o carona, tem um amigo. Hoje, o problema, do meu ponto de vista, é que não tem demanda regional que interessa para essas empresas. A empresa quer lucro.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Entendi. O que é necessário, e isso é uma obrigação do Estado sim, deputado, transportar seus munícipes, independente se eles vão para trabalhar ou a lazer. O transporte dos moradores é necessário, o Estado precisa prover esse transporte. O que a licitação prevê é a exigência de uma ligação de todos os municípios pelo menos duas vezes por dia para o seu polo de atratividade. Existindo ou não demanda, nós estamos exigindo dos futuros operadores que mantenham essas linhas. Evidentemente, como já mencionei, esse contrato tem uma novidade que é a revisão ordinária de suas características. Se, em uma dessas revisões observasse que aquela linha não possui demanda, evidentemente a empresa, operadora, vai apresentar e falar assim, “olha, não tenho demanda, o ônibus está lá e não tem para quem levar”, essa linha deixa de existir. No entanto hoje, a característica da licitação e o edital exige que a ligação exista, para que o morador daquele município saiba que ele pode se locomover.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - O senhor já está abrindo as portas que muitas linhas irão fechar.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Não.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Vai. Isso pode escrever. Tem município que não tem. Para mim, a questão mais importante de tudo isso é o que o senhor falou, o Estado tem que garantir o serviço de transporte público para o cidadão. O município tem suas características. Como essas empresas serão remuneradas se não tem passageiro?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - A distribuição regional estabelece essa obrigatoriedade do atendimento e duas ligações por dia. Se essa ligação vier a gerar despesa maior, um déficit para a empresa, isso, neste momento, está

colocado na conta da região como um todo, ela terá que prestar esse serviço. Evidente, se o ônibus está lá, não tem passageiro a ser transportado, a linha não faz sentido de existir também; logo, ela também não é deficitária, ela não existe. Não tem a quem levar, a linha não existe. Até que seja reconhecida a não necessidade da linha, ela será exigida no edital, ela está exigida no edital.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - E se tiver somente um passageiro?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Há demanda. Há demanda, tem que ter ligação. É por isso.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Se tiver um passageiro por dia no município, ele tem que ser transportado.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Ele tem que ser transportado.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - E o senhor acha que a empresa vai manter o ônibus?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Hoje o edital apresenta essa exigência. A empresa terá que manter essa linha, é por isso que o contrato de concessão é uma beleza, deputado, porque o contrato de concessão que ele vai assinar, está lá estabelecida duas ligações por dia. Se ele vier e falar para mim, “poxa vida, Artesp, eu só tenho um passageiro”, “você assinou o contrato? Venha aqui, deixa eu ler o que está escrito no contrato. Não são duas ligações diárias? Então as duas ligações diárias têm que ser mantidas, não importa”. Por isso que essa conta foi feita e essa distribuição regional está estabelecida, de modo a ter identificado o equilíbrio econômico financeiro com essa quantidade de linhas e ligações que pretendemos e pleiteamos, nessa licitação.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Acho que nós vamos conversar muito sobre isso.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Tomara deputado, eu também estou torcendo.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Só fazer um alerta. Já são 16 horas e 25 minutos, nós às 16 horas e 30 minutos entramos na ordem do dia. Peço a brevidade. Estão aqui os deputados Alencar Santana e o Rogério Nogueira, que já querem fazer mais um questionamento. Com a palavra, o deputado Alencar Santana.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Cumprimento o Sr. Presidente Orlando e os demais deputados. Sr. Nelson, aqui da Artesp. Uma pergunta. Pelo o que o senhor apresentou aqui, a estrutura do modelo espacial e operacional, todos os municípios serão atendidos, não é isso?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Isso.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Significa que todos os municípios terão ponto de partida e também ponto de chegada, ou de passagem.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Isso.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O senhor sabe dizer se existe hoje algum aeroporto no Estado que também vende passagem de ônibus?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Aeroporto que vende passagem de ônibus? Tem aeroportos em São Paulo que tem guichês de transportador rodoviário que vende passagem de ônibus.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E tem ponto final?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Ponto final? Aeroporto? Não. Só de passagem.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Então eu peço que o senhor vá conhecer o aeroporto de Guarulhos, é aqui do lado. Tem ônibus até metropolitano, não

precisa nem pegar o rodoviário. Lá, nós temos uma rodoviária onde vocês não autorizam linhas, porém até o aeroporto vocês autorizam. Está próximo. Não é possível que uma cidade, com mais de um milhão e 300 mil pessoas, que tem o maior aeroporto do País, não tenha demanda.

Eu cansei, de quando criança, viajando para a terra dos meus pais, de ir até o Tietê para pegar ônibus. Tenho certeza que tantos outros guarulhenses ainda fazem, para ir até o Tietê. Imagina as pessoas que precisam hoje chegar até o aeroporto, descem no Tietê, quando não tem até Guarulhos, pega o trânsito - às vezes muito mais demorado que o seu voo - e quanto tem ônibus, em sua grande maioria, o ponto final é no aeroporto, sem passar na rodoviária. Não é que ele passa na rodoviária e vai para o aeroporto, ele se quer passa. Tem alguma coisa errada. Queria que o senhor respondesse sobre isso.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - O aeroporto de Guarulhos está dentro da região metropolitana no estado de São Paulo. A região metropolitana no estado de São Paulo não é a Artesp que regula, é a MTU.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Como é que é? Então a linha que vem, não estou dizendo linha urbana, estou dizendo linha rodoviária. Não estou dizendo linha urbana de Guarulhos-Capital, Guarulhos-Prudente, Guarulhos-Sorocaba, Guarulhos-Baixada, Guarulhos-São José, Guarulhos-Bauru, Botucatu, linhas rodoviárias.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - No atual cenário, nós não conseguimos autorizar novas permissões de linhas. Isso também me incomoda e eu também concordo que exista demanda para o aeroporto...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não pode autorizar para onde?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Para o aeroporto.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não. Para o aeroporto vocês estão autorizando, vocês não estão autorizando para a rodoviária de Guarulhos.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Não, não tem autorização.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Faço o convite de irmos até o aeroporto.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - A linha que...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Podemos ir lá agora, se quiser, eu topo sair da Assembleia.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - A linha que o senhor deve estar se referindo é da Cometa, que vinha de Sorocaba e parava em Guarulhos, ela não está mais operando.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Eu não sei agora todas as linhas de fato, mas tem mais de uma linha. Tem mais de um destino.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - A única que operava era essa e não está operando mais.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não é a única não. Eu inclusive já fui na Artesp - agradeço o Mauriti que muito nos ajudou nesse sentido - conversei com outros funcionários, o senhor não estava na ocasião, acho que estava em uma audiência pública fora. Já tive mais de uma oportunidade com o nosso secretário de Transportes e Trânsito levando esse problema até vocês. Mais de um ano já fui lá, fui o ano passado novamente, e de fato não temos retorno. Gostaríamos de entender, porque não é possível que o ônibus não possa se quer passar na rodoviária ou ter o seu destino final lá. Tem alguma coisa errada.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - A futura licitação, deputado, imagino e estou trabalhando para isso, para que possamos ter um ajuste melhor das ligações intermunicipais. Eu não tenho dúvida que o sistema atual está muito travado e que ele não atende adequadamente todas as necessidades da população, eu não tenho dúvida disso. Eu vivo com essa burocracia diariamente, e driblando, até onde é possível, as necessidades que são apresentadas para pode adequar o seu

atendimento. A licitação, na forma que está proposta, divide o Estado por regiões, possibilita e gera uma característica de maior dinamismo na compreensão dessa necessidade e autorizações para essas ligações. Por isso estou dizendo, nós não estamos discordando do conceito, só que hoje não há essa possibilidade de agilidade que a burocracia (ininteligível) para fazer essa ligação.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Vamos pegar o seguinte, vai ter a região um, Campinas; região dois, Ribeirão; região três, São José do Rio Preto; região quatro Bauru; região cinco, Santos; a Grande São Paulo é MTU. Agora, dessas regiões, os ônibus irão até a Grande São Paulo, correto?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Sim.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Gostaria de fazer uma pergunta, se o município de Guarulhos será atendido. Seguinte, se na área um, dois, três, quatro, cinco, nós teremos ônibus até o município de Guarulhos ou se o guarulhense ainda terá que ir até a rodoviária do Tietê ou até o aeroporto.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Se existir demanda adequada para ligação de Guarulhos para qualquer município de São Paulo, isso será identificado pela operadora da região, e ela pode fazer essa proposta de criação dessa ligação sim.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Demanda A, o problema é que vocês estão levando ela para Capital. Segundo, demanda A, o problema é que vocês estão tendo o foco só do aeroporto. São dois tipos. O aeroporto não são várias linhas que estão lá, de fato, são algumas linhas e não é só esse destino. Tem alguém aqui que mora em Guarulhos.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Só lembrando que não pode haver manifestação da plateia. O senhor é muito bem-vindo, mas não pode ficar aqui compartilhando as palavras junto ao deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Ele citou duas vezes Guarulhos, falei, “deve se guarulhense”, está aqui, com certeza conhece. Mas tem mais de uma linha do aeroporto que vai para algumas cidades rodoviárias. Mas na maioria, o guarulhense é obrigado a ir até o Tietê, então tem demanda, não é possível que nós não viajemos de ônibus. Não é possível que nós não viajemos de ônibus. Vamos para onde? O guarulhense quando quer ir para praia faz o que? Quando quer ir para o interior faz o que? Quem não tem carro?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - A licitação vai atender isso, deputado. A licitação atende essa característica de ligação direta quando a demanda existe. Hoje, eu não consigo criar novas linhas e novas ligações. Quando vocês terão esse estudo se há demanda ou não? O atendimento, da forma que está, será mantido, como já afirmei aqui. A revisão dos contratos tem periodicidade estabelecida já nos anos dois, cinco, nove e 13. Eu imagino que antes disso até, porque há um prazo de implantação do futuro sistema, de aproximadamente um ano. Nesse um ano, existirão linhas, como o deputado mencionou, que deverão deixar de existir para não existir demanda, e existirão linhas que precisarão ser criadas pela demanda existente, dentre elas, é possível que exista essa.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Gostaria que pudéssemos fazer uma agenda junto com o nosso secretário de Transportes para discutir isso lá, porque até hoje nós não estamos sendo atendidos.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Essa discussão da criação de linhas hoje é inócua, deputado, porque não é possível a criação de novas linhas no sistema atual.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas pelo o que o senhor está dizendo, pelo modelo que vocês fizeram, com certeza Guarulhos estaria atendida. Gostaria de saber.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Guarulhos está atendido dentro da região de Guarulhos. As ligações de Guarulhos para qualquer município...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Me fala onde eu pego o ônibus que eu não sei.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Deputado, eu estou tentando apresentar uma resposta ao senhor de que...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas o senhor está dizendo que está atendido. Desculpa, nós não estamos.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - O atendimento atual permanece. Se ele está adequado, ou não, é essa a discussão que eu estou trazendo aqui, e apresentando uma licitação que virá a atender a futuras demandas e demandas já existentes que não são atendidas. Essa licitação presente possibilitará o futuro operador a implantar muito mais rapidamente qualquer ligação que venha a ser necessária a partir da demanda. Isso vai ser muito mais rápido.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O senhor está dizendo que não sabe, você tem que ter a certeza, pelo estudo de vocês, se há demanda ou não. Qual o equívoco que está sendo colocado ali. Guarulhos existe há trocentos anos e até hoje nós não temos linha rodoviária. Já foi feita uma rodoviária por uma empresa e fechou porque vocês não mandavam ônibus. O Poder Público fez outra, inaugurou e vocês não mandam ônibus. E mandam linha para aeroporto. Nós somos obrigados a ir no Tietê. Vocês sequer param. Nem nas que vão até o Tietê, que não importa de onde venha, se quer passa pela cidade. Às vezes o cara passa na porta, na Dutra, na Fernão Dias, mas é obrigado a ir para outra rodoviária.

Desculpa, nem parte do litoral norte, que se pegar a lógica de quem está em São Paulo, Guarulhos está muito mais perto, tem. Nem para o lado do Paraíba. Nem para o eixo Fernão Dias no interior.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Deputado Alencar, Sr. Nelson, teria como ter uma oportunidade de vocês receberem o deputado Alencar para explicitar? Até pela importância que tem Guarulhos, são um milhão e 300 mil habitantes.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Assim como qualquer deputado.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Não peço excepcionalidade para nada, mas não estamos falando de uma cidade pequena.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Eu só não atendi o deputado, justamente porque foi um dia que eu estava fora mesmo da agência.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Estou pedindo aqui para que pudéssemos ter uma agenda novamente sobre isso. Já tive duas oportunidades lá no setor de vocês que nos atendeu, mas até agora não tivemos resposta. E pelo o que o senhor está dizendo, não tem segurança se vai ter ou não.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Posso atender o senhor na agência, deputado. Não há problema. O que eu tenho certeza de que essa licitação garante é um atendimento muito mais rápido e adequado as demandas existentes no futuro. Hoje o sistema, infelizmente, não gera essa possibilidade.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Na região noroeste de São Paulo, tem que vem para São Bernardo e Santo André.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Lá é o ABC, José Zico Prado, é outra coisa. Lá é outro nível. Zona Leste chega lá ainda.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - E passa pela Zona Leste e vai até Guarulhos. Qual foi o critério usado para ir para o ABC e não para Guarulhos?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - No passado eu não sei afirmar, deputado, porque as linhas nas formas que hoje estão, foram permitidas há muito tempo. Eu imagino que existia uma demanda do ponto A para o ponto B e para qual naquele momento a permissão foi concedida. Ocorre que, entre o ponto A e o

ponto B hoje, existem outros diversos pontos de atratividade que não estavam previstos nessa ligação inicial e que hoje, para se fazer ajuste de atendimento a esses outros pontos, é preciso um exercício fabuloso na burocracia para tentar fazer esses atendimentos. Coisa que esta licitação vem atender. Com essa licitação que está em consulta pública hoje, ela tem condição de fazer esse atendimento, identificada as demandas muito mais rapidamente. Hoje não é possível. Hoje a permissão estabelece a linha de A à B e pronto.

Todas as sessões que vocês hoje conhecem e que acabamos viabilizando de uma forma ou de outra, são emendas no sistema atual e que eu ainda tenho respondido por isso. E é por isso que estou correndo para essa licitação, porque o Ministério Público está no meu pescoço dizendo que tudo que eu tenho feito está irregular. Essa licitação que está na rua atende essa necessidade. Não sei responder ao senhor qual critério foi estabelecido para a linha inicialmente. O que eu consigo identificar hoje é que...

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Com certeza é a demanda.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - No passado eu acredito que também era. O que hoje nós percebemos é que isso sofreu inúmeras alterações. Não existia rodoviária de Guarulhos, não existia o aeroporto de Guarulhos, no início...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Só o aeroporto já tem 30 anos.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Deputado Alencar, o seu tempo já foi e nós estamos com o horário extrapolado. Vossa Excelência já usou da palavra.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Tem linha de ônibus que tem 40 anos, deputado. As permissões de ônibus têm 40 anos. Vieram antes de tudo isso. Por isso estou dizendo, a licitação vem a atender essa demanda. A licitação vem a possibilitar essa condição.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - É por isso, presidente...

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Deputado José Zico Prado, está escrito deputado Rogério Nogueira. Está virando bate papo aqui. Nós estamos com o horário extrapolado. Acho extremamente importante, mas eu gostaria que fosse minimamente respeitado o colega.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Isso vai gerar muita demanda e muita discussão entre prefeitos, deputados de regiões, e que nós tivéssemos essa garantia que o senhor está dando para o deputado Alencar, que nós vamos procurar, com certeza, porque nós também vamos ser procurados. Eu acho que o Rogério vai ser, todos vamos ser. Era com isso que eu queria encerrar a minha parte aqui.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Ok, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Com a palavra, deputado Rogério Nogueira. Antes, deputado, eu gostaria de registrar a presença do deputado Edmir Chedid, sempre presidente dessa Comissão.

**O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM** - Passaram aqui alguns dados sobre a pesquisa que foi feita, que mais chega a ser a 80% da satisfação das pessoas hoje com todas essas linhas. Queria saber se esse edital tem base científica, em pesquisa de origem e destino. Quando foi feita essa pesquisa?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Pesquisa de origem e destino foi essa de 2009, aliás, de 2001.

**O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM** - 2001.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - E renovada em 2009 com a pesquisa de satisfação. Essas duas pesquisas de origem e destino que balizaram esse índice de satisfação foram as que foram levadas em conta para a elaboração desse edital.

**O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM** - Quem realizou essa pesquisa?

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR - O IBGE?** Na época? Não, em 2001? Não sei, posso buscar essa informação, deputado, para passar para o senhor. Eu não tenho ela aqui.

**O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM -** Eu também queria saber quem supervisionou essa pesquisa e quais foram os critérios adotados para essa pesquisa. Presidente, eu vi que tivemos muitas dúvidas, muitos deputados, até por essas cinco regiões. Também está aqui o deputado Edmir Chedid, que tenho certeza que pelo seu conhecimento não teve oportunidade de chegar antes, mas gostaria que pudéssemos ter a oportunidade de estar lá também acompanhando o Alencar. Esclarecer melhor.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB -** Deputado, o senhor me permite? Com todo o respeito, foi extremamente importante a vinda do seu Nelson. Mas deixou mais dúvida a presença do que a ausência. Verdade, não estou debochando, pelo contrário.

**O SR. -** Ele mesmo disse que o governador não está convencido.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB -** E me criou um problema, porque ele criou aqui um consenso entre o Zico Prado e o governador, que para mim é extremamente desconfortável.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT -** Imagina para mim o desconforto.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB -** Eu acredito que nós teremos que fazer uma reunião da Comissão exclusivamente. O assunto é extremamente importante, não está claro, essa questão de Guarulhos é preocupante. Estamos falando de uma região extremamente importante. Acho que deu para termos alguns avanços, colher informações, mas seu Nelson, eu acho que é inevitável o seu retorno aqui. Até para explicar essa conta que o senhor não convenceu o governador. Até para explicar ela.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Não tem problema, deputado. O assunto é complexo mesmo e essa licitação é inédita no Estado, nunca foi realizada.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Por isso nós não podemos errar.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Não podemos.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Tem que dar o exemplo.

**O SR. NELSON RAPOSO DE MELLO JÚNIOR** - Agradeço a preocupação dos senhores. De fato, isso só faz valorizar o trabalho que eu estou realizando na agência.

**O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB** - Agradeço. Agradeço aos deputados, principalmente ao Zico, o Rogério Nogueira, a presença do Alencar e principalmente a sua presença, que de prontidão nos atendeu ao convite de estar aqui. Estão encerrados os nossos trabalhos. Muito obrigado.

\* \* \*